



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação



(Notícias do Dia, capa)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 29/6/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 29/06/11
Assunto: Governo retoma diálogo com grevistas		Página: 03

Governo retoma diálogo com grevistas

Magistério. Professores querem cronograma contendo a recomposição da tabela salarial

JOÃO MEASSI
joao@noticiasdodia.com.br
@joao_ND

FLORIANÓPOLIS — Depois de uma hora de reunião, o representante do governo e o comando de greve decidiram promover nova reunião hoje. “Estamos tentando chegar a pontos de consenso”, afirmou o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, que cumpre o papel de negociador do governo.

Segundo ele, os professores reapresentaram propostas que já eram conhecidas. “Foi um bom encontro”, definiu a coordenadora do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), Alvet Bedin. A reunião aconteceu na noite de ontem, no Centro Administrativo. A

retomada da negociação foi pedida pelos deputados ao governador Raimundo Colombo, que passou a missão ao secretário-adjunto.

A segunda reunião, prevista para esta quarta-feira, deve ter a participação do governador do Estado. A coordenadora do Sinte cobra do governo a apresentação de cronograma contendo a recomposição da tabela salarial do magistério. Outra reivindicação da qual os grevistas não abrem mão é a regência de classe, que foi reduzida pelo governo.

O governo deve mandar para a Assembleia, na semana que vem, um projeto de lei com suas propostas. O comando de greve quer apresentar sugestões e ver suas propostas contempladas nesse novo projeto.



Deputados querem evitar desgaste

Para não sofrer desgaste com a greve do magistério, deputados estaduais construíram gestos que culminaram em encaminhamentos práticos. Um deles a apresentação de emenda que pretende retirar as transferências do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) para definição dos cálculos de valores repassados aos órgãos e poderes. Outra decisão consensual entre os líderes dos partidos na Assembleia foi arquivar as duas MPS editadas pelo governo e que serão substituídas por um projeto de lei que contenha melhor proposta aos professores.



VOTAÇÃO

Os deputados votaram pelo arquivamento da MP 188 e vão fazer a mesmo com a MP 189

Panelaço pelo centro da Capital

Professores em greve há 41 dias protestaram com um panelaço barulhento em frente ao Palácio Barrigã Verde, sede do Poder Legislativo, em mais uma caminhada que percorreu o centro da Capital. Os manifestantes prometeram repetir a dose durante a semana. "Hoje é só um esquentá. Amanhã (hoje) tem mais", anunciava um grevista pelo microfone do carro de som.

Os manifestantes permaneceram uns minutos em frente à Assembleia Legislativa e seguiram em direção à Secretaria de Educação, como tem sido a praxe dos grevistas. Os deputados arquivaram ontem a MP 188, que havia fixado o quadro de vencimentos do magistério com base no piso nacional do magistério, lei aprovada em 2008 e que foi contestada pelo governo no STF (Supremo Tribunal Federal). A MP 189, cujo texto contém a última proposta, terá o mesmo destino.

O governo está tateando no escuro. Não decide nada e nem aponta meios para avançar.

LUCIANE CARMINATTI,
DEPUTADA

Expectativa sobre nova proposta

Segundo a deputada Luciane Carminatti (PT), vice-presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, o projeto do governo tem que estar na Casa até terça-feira. "Nossa expectativa é que este projeto seja construído com base na negociação com os professores". A deputada afirma que o projeto do governo tem que manter a regência de classe em 40% e 26% e recompor a tabela salarial nem que seja dentro de um prazo estabelecido.

Para ela, falta por parte do governo um interlocutor que tenha poder de decisão. "O governo está tateando no escuro. Não decide nada e nem aponta meios para avançar as negociações". O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), disse ontem que o governo nunca se negou a negociar. Ele defende o governo dizendo que tem gente semeando o quanto pior melhor.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 29/6/11
Assunto: Magistério – Governo deve fazer outra proposta hoje		Página: 22

MAGISTÉRIO

Governo deve fazer outra proposta hoje

Nova reunião foi marcada após encontro realizado ontem entre o sindicato e a Secretaria de Educação

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo deve apresentar uma nova proposta, hoje, aos professores, em uma reunião marcada para o começo da tarde. A decisão foi tomada, ontem, após um encontro entre o secretário-adjunto de Educação, Eduardo Deschamps e representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), no Centro Administrativo.

Deschamps irá apresentar ao governador Raimundo Colombo e ao grupo gestor o que foi falado na reunião de ontem, para tentar avançar em alguns pontos.

– Vamos ver se conseguimos resolver este impasse e que as aulas retomem o mais rápido possível. Os deputados querem que o projeto de lei complementar seja encaminhado para a Assembleia Legislativa ainda nesta semana – explicou o secretário.

O Sinte sugeriu que parte da tabela salarial dos docentes seja recomposta até abril de 2012, mantendo os valores percentuais da regência de classe – um 1 gratificação sobre o salário-base e que foram reduzidos na última alteração apresentada pelo governo. A expectativa é que, na proposta que

deve ser discutida hoje, os valores da regência voltem a ser de 25% e 40% sobre o salário-base.

As negociações foram retomadas depois que os deputados decidiram, na segunda-feira, não aceitar a medida provisória, encaminhada para Assembleia pelo governo na última semana. O presidente da casa, Gelson Merisio, acredita que a greve, que completou hoje 43 dias, termine ainda esta semana. Na tarde de ontem, os docentes fizeram um “panelaço” no Centro de Florianópolis. Eles ficaram concentrados em frente à Catedral Metropolitana e depois caminharam até a Secretaria de Estado da Educação (SED). Vieram professores de cidades como Criciúma, Tubarão, Laguna, Itajaí, Lagés, além de Florianópolis e região. Como ontem foi dia de pagamento, o protesto ocorreu com o objetivo de lembrar o desconto feito

ROSANE DE SOUZA
Coordenadora do Sinte de Florianópolis

“
Vimos mostrar que,
com esse salário, nossas
panelas estão vazias.”

nos salários pelos dias parados.

– Vimos mostrar que, com esse salário, nossas panelas estão vazias, – afirmou a coordenadora do Sinte de Florianópolis, Rosane de Souza.

Cerca de 60 professores, de várias cidades do Estado, deverão ficar acampados em frente ao prédio da SED pelo menos até amanhã. O acampamento é uma maneira de pressionar o governo, para que ele apresente uma nova proposta. Na última semana, docentes da região de Itajaí ficaram acampados em frente à Assembleia Legislativa.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 29/6/11
Assunto: Magistério – Governo deve fazer outra proposta hoje		Página: 22

À espera da Justiça

A decisão da Justiça sobre o pedido realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) para os professores não terem desconto dos dias parados devido à greve deve ser anunciado até as 14h de hoje.

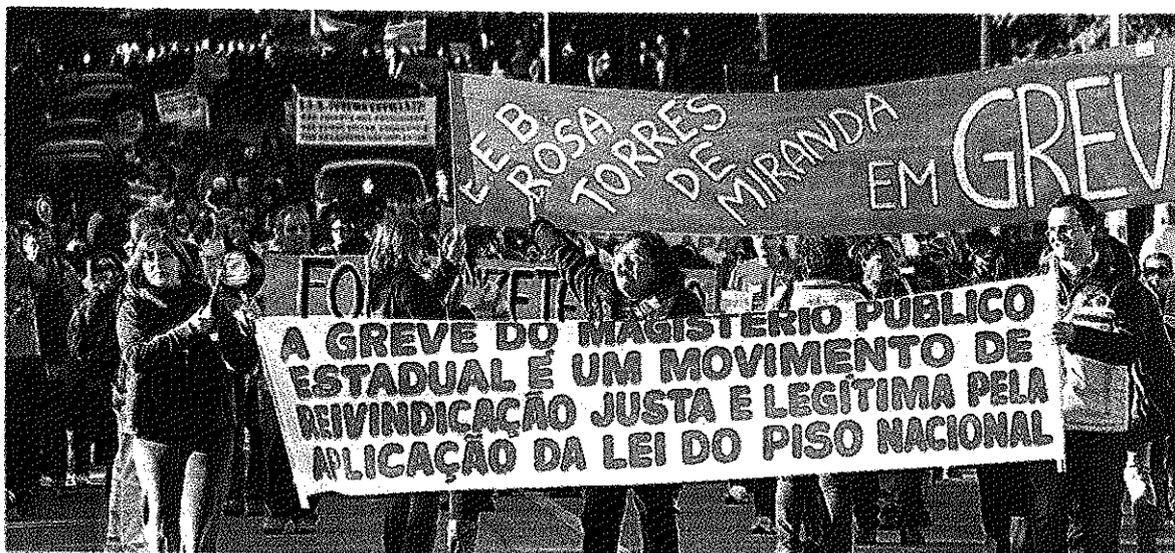
Os advogados do sindicato entraram com uma ação na 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, na última quarta-feira, pedindo para que não houvesse o abatimento dos salários em razão dos dias paralisados e também pela legalidade da greve.

Neste mesmo dia, o governo retirou da Justiça o pedido de ilegalidade do movimento e afirmou que uma folha suplementar poderia ser rodada, repondo os descontos, caso os professores voltassem às aulas no começo desta semana. Por causa dessas

medidas, o juiz Hélio do Valle Pereira adiou o julgamento.

Ontem, no protesto no Centro da Capital, foi sugerido que os professores registrassem um boletim de ocorrência contra o governo, por causa dos descontos pelos dias parados, a exemplo do que fez a professora Luciane Ventura, 39 anos. Para ela, o desconto foi abusivo e ilegal porque a greve é um direito assegurado. Ela recebeu R\$ 931,19 no último contracheque. No mês anterior, o salário foi de R\$ 1.723.

– Além dos descontos pelos dias parados, ainda tenho que olhar no contracheque e ver que o valor da regência de classe foi reduzido – protestou Luciane, que é professora da rede estadual desde 1995.



Professores de diversas cidades do Estado se reuniram ontem, na Capital, para realizar um "panelaço"



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 29/06/11
Assunto: Números de Sinte e Gered não batem		Página: 08

Números de Sinte e Gered não batem

Para sindicato, 45% dos professores estão em greve. Secretaria diz que são só 30%

Em Joinville, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) e Gerência Regional de Educação (Gered) divergem nos números de professores que continuam em greve. No total, 2.370 profissionais atuam no ensino estadual na cidade mais populosa do Estado e, conforme a Secretaria de Educação, 711 continuam de braços cruzados, o que corresponde a 30% do total.

O número é um pouco superior ao divulgado na segunda-feira, quando o balanço registrava 695 professores paralisados. Já o Sinte afirma que 45% dos profissionais que começaram a greve continuam

fora das salas de aula. A adesão inicial era de cerca de 50%.

A gerente regional Heliete Steingraber acredita que o número de professores que estão em greve deve cair nos próximos dias. “Estamos preocupados com o comprometimento do ano letivo, caso a paralisação continue”, diz. Ela pede que os alunos retornem para as escolas e avisa que as unidades já estão trabalhando com esquemas de reposição de aulas.

Para a coordenadora do sindicato, Clarice Erhardt, o fim da paralisação está nas mãos do governo, que ainda não fez uma proposta que venha de acordo com o que a classe está buscando. Ela afirma que os professores estão preocupados em não comprometer o ano escolar dos alunos, mas que cabe ao Executivo estadual dar condições para que os dias letivos previstos em lei sejam cumpridos.

Esta também é uma das pre-

ocupações dos alunos que estão com aulas suspensas por causa da greve. Uma estudante de 16 anos que está no último ano do ensino médio teme não conseguir fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou vestibular no final do ano por causa da paralisação. Ela tem 13 professores e quatro continuam fora das salas de aula. “Estou esperando pela reposição das aulas”, diz.

Situação semelhante vive um aluno de 15 anos. Ele estuda no primeiro ano do ensino médio, e dos 11 professores que dão aula para ele, quatro continuam parados. “Pelo que soubemos, vamos ter uma aula a mais por dia para repor as aulas e as duas semanas de férias vão ser divididas em dois meses”, conta. Segundo ele, algumas turmas estão sem aula nas sextas-feiras porque foi feito um remanejamento na carga horária dos outros dias, para que todos os períodos sejam preenchidos.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 29/06/11
Assunto: Agora temos o Fundeb		Página: 02

Agora temos o Fundeb...

E daí? Já tinham. O Fundeb fora da base de cálculo influenciando nos repasses aos Poderes não tirava recursos da Educação. O que acontece é problema de gestão, de repente de má aplicação desse dinheiro destinado à Educação. Inclusive os 25% obrigatórios pela Constituição não foram aplicados no ano passado. A Educação deixou de ganhar, mas certamente não sobrou dinheiro. Setores foram beneficiados. São esses desvios que devem ser monitorados e apontados. O que, sem sombra de dúvida, sai do dinheiro do Fundeb é o pagamento dos inativos representando R\$ 220 milhões. O Estado

inclui esse pagamento nos 25% aplicados na Educação. Não pode. Dinheiro do Fundeb não é para pagar inativos. Existe uma Emenda Constitucional, de autoria do deputado Neodi Saretta proibindo o governo de utilizar para os inativos recursos do Fundeb e dos 25% dedicados à Educação. Deveria ser aberta outra conta. Essa medida não significa voo de brigadeiro para a Educação. Mexe isso sim, nos repasses que passam a ser outra dor de cabeça, pois retiram R\$ 300 milhões que abastecem os Poderes. A discussão foi aberta, na Assembleia. Pelo visto parte será recuperada, mas haverá perdas.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 29/06/11
Assunto: Conversa 1 e Conversa 2		Página: 02

Conversa 1

A bancada do PMDB está pedindo ao "silencioso" vice Eduardo Moreira, que acompanhe esta etapa de negociação com os professores. Ele não participou, foi a um evento familiar. O secretário Marco Tebaldi foi substituído pelo adjunto Eduardo Deschamps, por ter mais conhecimento, mas sem autoridade para bater o martelo. O secretário da Fazenda, Ubiratan Rezende, deixou claro que não dará um cheque em branco. E entra em cena agora o Chefe da Casa Civil, Antonio Ceron... Ah, o governador está no Oeste.

Conversa 2

Em sua peregrinação pelo Oeste o governador Raimundo Colombo enfrentou manifestações de professores. Não se omitiu a conversar por onde passou. Foi assim em Itapiranga, Iporã do Oeste e São Miguel do Oeste, o que revela também que o movimento ocupou o Estado. Colombo alegou que o governo está empenhado na solução do magistério pontuando impedimentos e limitações financeiras. Não sinalizou com encontros com o Sinte.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 29/6/11
Assunto: Na ponta do lápis		Página: 2

NA PONTA DO LÁPIS

Amigo da coluna fotografou as anotações feitas pelo presidente da Assembleia, Gelson Merisio, durante a reunião com líderes de partidos para tratar da greve da educação, na segunda à noite. A planilha mostra o quão difícil é a equação para atender grevistas e garantir os recursos para os demais poderes.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau	Data: 29/6/11
Assunto: Dureza		Página: 39

Dureza

O atual governo mal começou e já enfrenta um sério desgaste por conta das bombas deixadas pelas administrações anteriores em áreas nevrálgicas como a educação, saúde e segurança.

E o pior é que não dá para culpar quem deixou a bucha porque é tudo aliado.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 29/6/11
Assunto: MEC divulga primeira chamada do Prouni / Vestibular Terminam inscrições para curso à distância		Página: 22

EDUCAÇÃO

MEC divulga primeira chamada do Prouni

O Ministério da Educação divulgou, na segunda-feira, o resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni). O candidato pré-selecionado deve comparecer à instituição para confirmar as informações da ficha de inscrição.

VESTIBULAR

Terminam inscrições para curso à distância

As inscrições para o vestibular de inverno da Unisinos terminam hoje. Os interessados em concorrer às vagas ofertadas para cursos a distância podem se inscrever pelo site ou pelo Facebook. A prova será realizada no sábado, no Colégio Catarinense.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 29/06/11
Assunto: Como virá?		Página: 02

COMO VIRÁ?

A Lei Complementar que será encaminhada pelo governo do Estado dificilmente terá um texto diferente da MP, que será derrubada na próxima terça-feira. Uma delas foi hoje. Ou seja, não sofrerá grandes alterações. Claro que antes de ser enviada à Assembleia algumas conversas serão feitas entre autoridades do governo e o Sinte. Uma delas foi ontem, às 21h abrindo as negociações. A expectativa é de que mantenha a regência de classe o que foi considerado por alguns secretários impossível ao ponto de explicar que estão falando muitas bobagens. Mas as conversas estão em aberto e pelo visto mudanças só no debate parlamentar com a apresentação de emendas. Calu no colo dos deputados a decisão final com a aprovação da Lei Complementar, o que o governo tem para dar já deu. Mas nessa onde de val-e-vem de repente...



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Leitor	Data: 29/06/11
Assunto: Aos pais de alunos		Página: 30

Aos pais de alunos

Foi com incredulidade e indignação que tomei conhecimento da carta publicada no dia 22/6/2011, enviada por Giovana Borini, mãe de alunos do Colégio Lauro Müller, Florianópolis. Sinto uma necessidade incontida de dar uma resposta. Nós, mestres, muito bem sabemos da importância da educação para o crescimento do país.

Não é por outro motivo que estamos aguardando desde 2008 o pagamento do piso salarial que nos foi concedido judicialmente e que o Estado se nega a cumprir. Mas, como a senhora bem expôs, o governo não vai ultrapassar o limite de R\$ 22 milhões por mês com o salário dos professores. As crianças precisam voltar às salas, concordo; nossas crianças, filhas dos mesmos professores que são responsáveis pela educação dos seus filhos, precisam comer, vestir, saúde, e muito mais do que isso, carecem de pais que possam pelo menos dispor de algum tempo para a família.

Hoje, para que um professor tenha condições de oferecer à sua família um arremedo de sobrevivência, se submete a um contrato de 40 horas semanais com o Estado e mais 20 horas em escola particular. Sem falar nas atividades extraclasses, que nos consomem os fins de semanas e parte das madrugadas. Também somos pais e mães, preocupados com o bem-estar das nossas crianças, e é em nome delas que estamos em greve, em nome dos nossos filhos, em nome das nossas famílias.

Sulimar Cruz de Oliveira, professora



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 29/6/11
Assunto: Divisão do bolo – Impasse entre os poderes ganha contornos políticos		Página: 6

DIVISÃO DO BOLO

Impasse entre os poderes ganha contornos políticos

Falta de consenso sobre os repasses para o próximo ano deu origem a duas propostas paralelas

NATÁLIA VIANA

O impasse dos repasses aos poderes, que antes estava restrito aos números, começa a ganhar contornos políticos.

Duas propostas estão sendo estudadas em paralelo para definir quanto o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Udesc receberão a partir do ano que vem.

Depois da reunião do governador Raimundo Colombo com o presidente do TJSC, José Trindade dos Santos, e o procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin, na segunda-feira pela manhã, os técnicos da Secretaria da Fazenda apresentaram uma "sugestão" de percentual aos poderes. O secretário da Fazenda Ubiratan Rezende não revela detalhes da proposta, diz apenas que os técnicos do Judiciário e do MP ficaram de analisar os índices propostos e o Estado, agora, aguarda uma resposta.

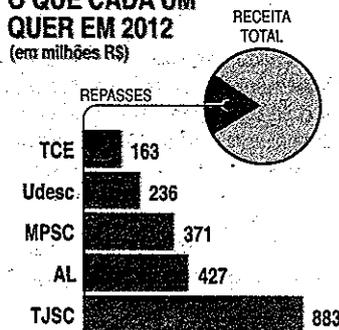
O assessor especial da presidência do TJSC, Luiz Felipe Schuch não fala em números, mas diz que desde segunda o corpo técnico do Judiciário vem "fazendo contas" para chegar a um meio termo. A proposta da Fazenda prevê uma redução do percentual de cada poder. O que as instituições estão fazendo agora é analisar qual o tamanho da fatia que podem abrir mão em seus orçamentos.

– Não temos gordura, já que todo o nosso duodécimo é usado para pagar a folha. Mas estamos tentando rever projetos e adiar alguns prazos para contribuir com o Estado – afirma Luiz Felipe Schuch.

A ideia é fechar as contas ainda hoje para encaminhar uma resposta ao governo. Em paralelo, também na segunda-feira, os deputados estaduais decidiram apresentar uma emenda conjunta retirando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) da base de cálculo dos poderes. Segundo o presidente da Assembleia,

O QUE CADA UM QUER EM 2012

(em milhões R\$)



Gelson Merisio, a medida não tem relação com a proposta que vem sendo estudada entre a Fazenda, Tribunal de Justiça e Ministério Público.

– Foi uma decisão política da Assembleia e é uma prerrogativa do Legislativo. Evidente que, a partir da emenda, os percentuais terão que ser revistos – diz o deputado.

Retirando o Fundeb, os percentuais terão que aumentar, já que todos os poderes afirmam que não têm como arcar com a perda total destes recursos. A ideia de Merisio é que o

aumento seja um pouco inferior, para dar uma folga ao caixa do Estado.

Com os percentuais propostos pela Assembleia, sobraria R\$ 100 milhões para o governo. O problema é que os outros poderes não foram consultados e, no momento, trabalham em cima de uma proposta diferente. Todos dizem apostar no consenso e o desafio será conseguir acomodar os mais variados interesses.

A luta agora é contra o tempo, já que qualquer modificação precisa ser feita na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que deve ser votada antes do recesso parlamentar, que começa dia 16 de julho.

Hoje, o relator da LDO, deputado Gilmar Knaesel (PSDB), anunciará, na reunião da Comissão de Finanças, que apresentará o relatório final na próxima semana. Segundo ele o adiamento será necessário para aguardar as definições sobre os repasses e para a análise das 282 emendas apresentadas.



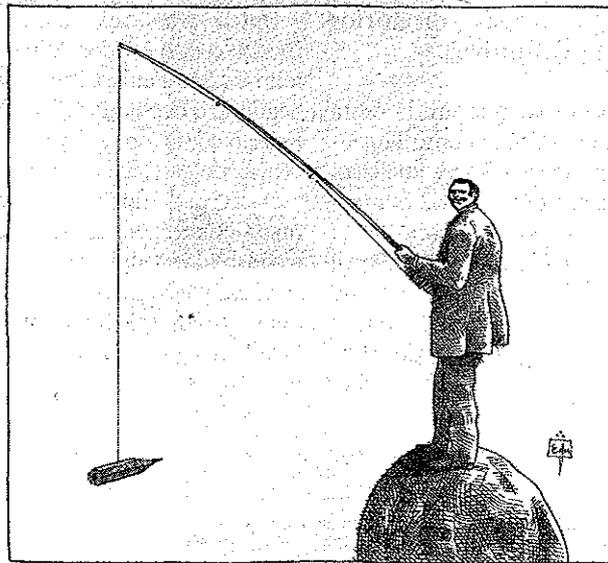
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 29/6/11
Assunto: Carências na educação		Página: 12

CARÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Longe de registrar um padrão de qualidade compatível com as necessidades do país, a educação brasileira está mais distante ainda de garantir os recursos necessários para financiar esse objetivo. O ministro da Educação, Fernando Haddad, insiste no fato de que a elevação gradativa dos recursos para o ensino do equivalente a 5% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) é suficiente para custear as 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), em exame pela Câmara. Responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental, porém, os municípios alegam não ter como cumprir as metas de sua competência com recursos próprios. Como não há previsão de dinheiro extra para esse objetivo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o risco é de que um avanço tão necessário para o país fique apenas no plano das intenções.

Enviado ao Congresso no final do ano passado, o PNE define uma série de objetivos a serem alcançados até 2020. Entre eles, incluem-se a universalização do ensino em diferentes níveis a partir de quatro anos de idade, a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, a duplicação nas matrículas da educação profissional técnica de nível médio e a valorização profissional dos educadores. O que mais preocupa os prefeitos, como ressalta documento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), é que, apenas para o cumprimento de três metas de sua competência, haveria necessidade de



O país precisa dotar o ensino público de projetos viáveis, não apenas de propostas que acenam com mais possibilidades, como parece ser o caso do Plano Nacional de Educação.

R\$ 17,6 bilhões por ano – montante que as prefeituras não dispõem hoje.

Embora a União arrecade mais, os municípios e os estados bancam, hoje, mais de 80% do gasto público com educação. Neste ano, por exemplo, a estimativa da CNM é de que os estados destinem R\$ 59,2 bilhões para o Fundeb, e os municípios, R\$ 28,8 bilhões. Os recursos federais alcançariam apenas R\$ 8,8 bilhões. É difícil aceitar que, diante da oportunidade de definir soluções de longo prazo para uma área tão decisiva num país em desenvolvimento, o Brasil se perca com o excesso de metas – ainda que algumas se mostrem pouco ouvidas para as necessidades – e com a insuficiência de recursos.

O país precisa dotar o ensino público de projetos viáveis, não apenas de propostas que acenam com mais possibilidades, como parece ser o caso do Plano Nacional de Educação. Como a educação brasileira é descentralizada, só é possível alcançar eficiência e garantir mais qualidade no ensino se o governo federal, dos estados e o dos municípios atuarem num regime de estreita colaboração, sem querer transferir responsabilidades para uma ou outra instância da federação. É inadmissível que tantas crianças mal assistidas sob o ponto de vista da aprendizagem continuem a pagar pela omissão de adultos aos quais foi confiada a missão de resolver os crônicos problemas nesta área.



CLIPPING

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 15/06/11
Assunto: Novas metas para um novo Brasil		Página: 100

NOVAS METAS PARA UM NOVO BRASIL

Sai em livro uma estupenda análise dos desafios do Brasil para preservar e ampliar o desenvolvimento social conquistado nos últimos vinte anos

Em 1986, o economista Edmar Bacha, em parceria com o professor da Universidade Colúmbia Herbert Klein, editou o livro *A Transição Incompleta: o Brasil desde 1945*, em que diversos autores analisavam a evolução social do país que acabara de se redemocratizar. O Brasil deixara de ser essencialmente rural e emergira como uma sociedade industrializada e urbana. Transição incompleta, diziam os autores, porque deixou de fora milhões de famílias favelizadas, vítimas de moléstias endêmicas e sem a educação mínima para exercer uma função produtiva numa sociedade contemporânea. Passados 25 anos, chega agora às livrarias *Brasil: a Nova Agenda Social* (LTC; 380 páginas; 65 reais), que, desta vez, Bacha organiza com o sociólogo Simon Schwartzman. O livro resultou de uma série de debates promovidos pela Casa das Garças, centro de estudos econômicos do qual Bacha é um dos diretores, e pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), presidido por Schwartzman. A meta agora não é simplesmente expandir a oferta de hospitais, escolas ou programas assistenciais, mas dar mais eficiência aos vultosos gastos já feitos nessas áreas.

Um brasileiro que nasça hoje deverá viver mais de 70 anos, uma expectativa próxima da de países desenvolvidos. O percentual de famílias pobres caiu para 16%, menos da metade do que era ao final da ditadura militar. A desigualdade de renda nunca foi tão baixa em três dé-

cadadas. É perceptível a evolução no último quarto de século, firmada pela estabilidade na política e na economia. O país superou mazelas típicas de povos atrasados e começa a enfrentar problemas de nações ricas, tais como o crescente custo na saúde pública e a trajetória explosiva da previdência. Chegou o momento de elevar o desenvolvimento social a um novo patamar. Sem necessariamente gastar mais dinheiro público, pelo contrário. Em um estado que consome, com seus tributos, perto de 40% de tudo o que os brasileiros produzem, não há como sobrecarregar a economia com novos impostos. A agenda social proposta por Bacha e Schwartzman tem como meta primeira, portanto, ampliar a produtividade dos investimentos. “O básico foi atingido. Há escolas para as crianças e um sistema público de saúde. Agora tem início o mais difícil, que é eleger prioridades”, afirma Bacha. De acordo com Schwartzman, a questão não é mais de universalização dos programas sociais, “mas de pensar nos custos e na qualidade”.

A seguir, uma síntese dos desafios e prioridades analisados pelos autores em cinco áreas: educação, saúde, previdência, combate à pobreza e violência.

EDUCAÇÃO

DESAFIOS: A cada 100 crianças de até 11 anos, 99 estão matriculadas em um colégio. Os números comprovam que o país venceu a batalha inicial, que era pôr os pequenos no colégio. Mas, observados

com mais detalhe, os indicadores expõem as fragilidades nessa área vital para o futuro. Entre os alunos dos colégios públicos, 29% concluem o ciclo básico com capacidade tida internacionalmente como mínima em português e apenas 11% deles em matemática.

PRIORIDADES: Um ponto inicial é aumentar o período em que os estudantes ficam na escola. De acordo com números apresentados por Naercio Menezes, os alunos da rede pública têm, em média, apenas três horas de aula por dia, descontando-se intervalos e interrupções. Não chega à metade do ideal. Ao contrário do que reza o senso comum, os professores da rede pública não ganham menos, na média, que seus colegas do setor privado. A diferença na qualidade do ensino está, em boa medida, na gestão. Nesse sentido, precisam ser incentivados os programas que premiem professores e diretores que alcancem objetivos estipulados. Finalmente, o país precisa rever o viés acadêmico, como argumenta Schwartzman. Investir no ensino técnico e orientado para as necessidades do mercado de trabalho é o caminho, em vez de desperdiçar tempo e dinheiro tentando ensinar conteúdos que a maior parte dos estudantes universitários nem está apta a absorver.

SAÚDE

DESAFIOS: Diz o senso comum que falta dinheiro, daí a péssima qualidade do sistema público de saúde. É a justificativa típica dos que tentam ressuscitar a CMPF, o famigerado imposto do che-



que. O argumento não se sustenta diante de uma comparação internacional. O Brasil investe em saúde tanto quanto (ou até mais do que) outros países semelhantes. “Não há evidência de que o Brasil gaste pouco”, afirma André Medici, especialista no assunto. O país, na verdade, gasta mal. Inauguraram-se hospitais para atender a interesses políticos, mas despreparados para sanar as demandas mais elementares. Na prática, a maior parte dos hospitais brasileiros vive com leitos vazios, enquanto as instituições realmente capacitadas, sobretudo as ligadas a universidades, oferecem uma rotina de superlotação e filas.

PRIORIDADES: André Medici propõe, entre duas dezenas de medidas, criar protocolos bem definidos para os tratamentos e priorizar os atendimentos daqueles que mais necessitam e não tenham cobertura de seguro privado. Dar mais eficiência aos gastos e eleger prioridades são as questões-chave. O SUS deveria também acompanhar mais de perto o histórico médico de seus pacientes, com a expansão do Programa Saúde da Família e a informatização dos dados dos pacientes. Outra medida que parece acertada é fazer parcerias com o setor privado, como vem ocorrendo em São Paulo. A gestão de hospitais estaduais e municipais foi concedida a administradores externos. A experiência revelou um aumento da eficiência hospitalar, com queda no tempo de internação e maior número de atendidos.

PREVIDÊNCIA

DESAFIOS: O sistema atual, criado pela Constituição de 1988, nasceu num Brasil de população jovem, de baixa informalidade e com poucos assistidos. Desde então, dobrou o contingente de aposentados na população. País relativamente jovem, o Brasil gasta com a Previdência hoje tanto quanto nações ricas e velhas (aproximadamente 11% do PIB). Em países com uma demografia semelhante à brasileira, as despesas são da ordem de 4% do PIB. O déficit previdenciário, contando os sistemas dos trabalhadores do setor privado (INSS) e dos regimes especiais do setor público, ultrapassa 100 bilhões de reais ao ano. É uma montanha de dinheiro suficiente para acabar com todos os gargalos na infraestrutura e dotar o país de estradas

e aeroportos de Primeiro Mundo. Não é por outro motivo que o déficit na Previdência tem sido apontado como uma das maiores travas à aceleração da taxa de crescimento do PIB. O mais grave é que, se nada for feito, os desequilíbrios tendem a se aprofundar. Hoje, apenas 10% da população brasileira tem mais de 60 anos. Daqui a vinte anos, o percentual será de 20%. Em 2050, os idosos serão quase um terço da população.

PRIORIDADES: A lista de reformas proposta pelos especialistas Fabio Giambiagi e Paulo Tafner inclui o aumento do tempo de contribuição, o estabelecimento de idade mínima para os trabalhadores do setor privado e a diminuição na generosidade na concessão de pensões. O Brasil é um dos poucos países em que não há nenhum tipo de fator condicionante para o cálculo de pensões. Os valores são pagos integralmente e não são proporcionais ao número de filhos. Finalmente, será necessário rever o privilégio nas aposentadorias dos funcionários públicos. Os servidores aposentados e seus pensionistas representam apenas 10% do total de aposentados, mesmo assim consomem um terço das despesas.

COMBATE À POBREZA

DESAFIOS: O Bolsa Família foi um dos passos mais efetivos dados pelo país na diminuição da miséria e na redução da desigualdade social. É o tipo de medida eficiente, que chega aos que realmente necessitam. São 13 milhões de famílias atendidas, a um custo de apenas 0,5% do PIB. Menos clara, contudo, é sua eficácia na melhora da educação e da qualidade de vida futura dos beneficiários.

PRIORIDADES: Para que se criem as chamadas “portas de saída” e sejam rompidas as amarras da dependência, será necessário ampliar as contrapartidas exigidas dos beneficiários. É preciso dar estímulos aos filhos dessas famílias para que não se contentem com o ensino básico. Uma das sugestões do especialista André Portela seria constituir uma espécie de poupança a cujo saque os estudantes tivessem direito apenas quando deixassem o ensino médio, da maneira que já ocorre em Minas Gerais.

VIOLÊNCIA

DESAFIOS: Diz o economista Sergio Guimarães Ferreira: “A ausência de segurança deixa os indivíduos ao arbítrio dos donos de territórios, destrói negócios e o prazer do lazer”. Além de incitar o aumento da violência, portanto, a dominação de morros e favelas por gangues solapa o desenvolvimento econômico e social dos moradores dessas regiões. O aumento da criminalidade foi um dos tópicos da agenda social mais ignorados — e, em grande medida, ainda é. Na ilusão de certos sociólogos, imaginou-se que a distribuição de renda sanaria a questão. Demorou-se para investir em coerção.

PRIORIDADES: Prender bandidos e mantê-los encarcerados deveria ser a missão primeira de todas as secretarias de Segurança Pública. Com exceção de São Paulo, onde a população carcerária mais que dobrou na última década, o Brasil prende pouco. Isso significa impunidade, o que alimenta o crime. Há menos de dez presos para cada homicídio. Nos Estados Unidos existem 82,8, no Chile 87 e na França 137. Outro ponto é a ocupação policial das áreas conflagradas. Por fim, é necessário investir em inteligência. Tipicamente, uma grande parte dos crimes se concentra numa faixa estreita do território urbano. Ao concentrar os esforços nessas áreas, a polícia ganha em eficiência.

Conclui Sergio Ferreira: “Muito pode ser feito antes que optemos por rever o Código Penal e mesmo antes que mais gastos sejam reservados para a segurança pública”. Uma lição que, como demonstra *Brasil: a Nova Agenda Social*, ainda precisa ser encarada a sério pelos governantes. ■



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 29/6/11
Assunto: Governo cria novas regras para verbas na educação		Página: online

Governo cria novas regras para verbas na educação

O governo federal criou novas regras para uso de dinheiro na saúde e na educação, segundo decreto publicado no “Diário Oficial da União” de terça-feira (28). De acordo com o texto, os recursos deverão ser depositados e mantidos em conta específica aberta para este fim em instituições financeiras oficiais federais.

Segundo o G1, a movimentação dos recursos terá de ser feita exclusivamente por meio eletrônico, por crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços identificados.

De acordo com o texto, só em casos excepcionais e justificados poderão ser realizados saques para pagamento em dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou saques para atender a despesas de “pequeno vulto”. Nos dois casos, o saque terá de ser feito de forma que permita identificar o beneficiário final. O pagamento deverá constar da prestação de contas.

Clipping

CNTE

Prova avalia leitura de textos na internet

↳ Data: 29/06/2011
↳ Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
↳ Editoria: VIDA
↳ Jornalista(s): Jamil Chade - O Estado de S.Paulo
↳ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Jamil Chade - O Estado de S.Paulo

Saber ler e calcular já não basta. O Pisa avaliou pela primeira vez a leitura digital de estudantes, para examinar a capacidade de "acessar, administrar, integrar e avaliar a informação" na internet. Ou seja, analisou a capacidade dos jovens de construir novos conhecimentos a partir de textos eletrônicos.

Apenas 19 países participaram - o Brasil não entrou por causa do baixo número de computadores nas escolas. Os que melhor se saíram foram os alunos sul-coreanos, seguidos pelos da Nova Zelândia, Austrália, Japão, Hong Kong, Islândia e Suécia.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 29/6/11
Assunto: Diplomas obtidos no exterior terão provas de validação anual		Página: online

Diplomas obtidos no exterior terão prova de validação anual

Médicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil, que obtiveram diploma de graduação em instituições estrangeiras reconhecidas no país de origem, podem se inscrever para o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), do Ministério da Educação (MEC). As inscrições estão abertas até 10 de julho, pela internet.

A primeira edição do exame, que a partir de agora será anual, consta de provas objetivas, de múltipla escolha e discursiva, marcadas para 28 de agosto, em caráter eliminatório. Os médicos aprovados estão aptos a fazer o exame de habilidades clínicas, em 1.º e 2 de outubro, também eliminatório. As provas serão aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

De acordo com Cláudia Griboski, diretora de avaliação da educação superior do Inep, o candidato ao Revalida deve ficar atento a uma série de informações que serão solicitadas no ato da inscrição. Ela destaca, entre as mais importantes, a indicação da instituição pública onde o médico deseja obter a revalidação do diploma e o local onde vai fazer os exames escritos. Ele deve, ainda, ter o número do CPF e o diploma médico. Será obrigatório enviar as imagens de frente e verso do diploma ao preencher a inscrição.

No Revalida 2011, 37 instituições públicas de ensino superior – federais, estaduais e municipais – aderiram ao exame e estão aptas a emitir certificado. As provas escritas serão aplicadas pelo Inep em cidades das cinco regiões do país – Brasília, Porto Alegre, Manaus, Fortaleza, Rio de Janeiro e Campo Grande. Na prova de habilidades clínicas, todos os candidatos serão avaliados em Brasília.

Cláudia Griboski explica que todo o processo de revalidação dos diplomas deve estar concluído em dezembro deste ano. Quando o Inep



concluir a etapa das provas, encaminhará o resultado a cada universidade que tiver candidatos inscritos. São esperados cerca de 800 médicos para o Revalida deste ano.

Provas – O exame objetivo tem 110 testes que abordam conteúdos, competências, habilidades e nível de desempenho, descritos na matriz de correspondência curricular. O prazo para essa prova é de cinco horas; a prova descritiva terá cinco questões também relativas a conteúdos, habilidades e desempenho. A duração é de três horas. A prova de habilidades clínicas terá dez questões.

Até 2010, os estudantes formados em medicina em universidades estrangeiras precisavam revalidar os diplomas em instituição pública brasileira, mas cada universidade adotava procedimentos próprios. Segundo Cláudia Griboski, com a criação do Revalida, o MEC unifica o processo e o exame passa a ser anual.

Clipping

CNTE

"Salário de professores é só a ponta do iceberg dos problemas"

✧ Data: 29/06/2011
✧ Veículo: GAZETA DO POVO - PR
✧ Editoria: VIDA E CIDADANIA
✧ Jornalista(s): MARCELA CAMPOS
✧ Assunto principal: ENSINO SUPERIOR

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

MARCELA CAMPOS Cláudio de Moura Castro, Ph.D. em Economia, mestre em Educação e autor de mais de 35 livros

Ao longo das últimas décadas, a educação básica se expandiu quantitativamente no Brasil. Em 2006, do total de pessoas entre 7 e 14 anos, 96% estavam matriculadas no ensino fundamental (1.^a à 8.^a série), etapa adequada para a faixa etária. Com a ampliação do acesso a essa fase da escolaridade, os desafios mudaram de lugar. Para o professor Cláudio de Moura Castro, o próximo passo é investir na qualidade do ensino.

Segundo Castro, porém, consertar a educação requer muito mais do que jogar dinheiro no sistema: é necessário tornar os gastos mais eficientes. Nesta quinta-feira, às 8h30, o professor ministrará a palestra "Caminhos e alternativas para o ensino de qualidade no Brasil", no Hotel Pestana. Depois haverá uma apresentação do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci.

Promovido pelo Grupo Positivo em parceria com a Gazeta do Povo e o Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe/PR), o evento abrirá os trabalhos do Sala Mundo 2011 - Encontro Internacional de Educação, que será realizado em Curitiba nos dias 17 e 18 de agosto. Confira a entrevista concedida pelo economista, por e-mail, à Gazeta do Povo.

Depois de o Brasil praticamente universalizar o ensino fundamental, quais são os principais desafios para a próxima década?

Qualidade. Qualidade. Qualidade.

A democratização do acesso pode se tornar inócua se não for garantido o direito à educação de qualidade para amplos contingentes da população?

Não. A universalização, em si, já é um grande avanço na democratização. Significa que deixaram de existir as horrendas diferenças de escolaridade mínima da população. Porém, apesar de significar muito, é apenas um primeiro passo. O próximo é qualidade para todos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), em discussão no Congresso Nacional, prevê 20 metas a serem alcançadas até 2020, entre elas que 50% das crianças de até 3 anos tenham acesso à creche. Como o senhor avalia essas metas?

Nada de errado nas metas. O problema do PNE é que não mostra o caminho

para chegar lá. A equação financeira é mais do que ambígua. Chegar a 7% do PIB. Bela meta! Mas quem paga a conta e quem obriga a pagar? No caso da creche, talvez seja a meta mais fácil, pois é politicamente atraente. Pais querem um estacionamento para seus filhos durante o dia. Prefeitos querem satisfazer os pais/eleitores e inaugurar obras.

É necessário aumentar o montante de recursos aplicados em educação para cumprir as metas previstas no PNE?

Essa pergunta só pode ser respondida se soubermos quanto é possível remanejar gastos. Gastamos o mesmo que países com sistemas educativos muito melhores do que o nosso. Só que exageramos nos gastos públicos com o superior e gastamos de menos na educação básica. Dá para corrigir essa distorção? Há também muita ineficiência nos gastos. Se reduzirmos tais desperdícios, conseguiremos mais com menos recursos.

O PNE também prevê igualar o salário dos professores ao de outros profissionais de nível superior. Os professores brasileiros ganham mal?

Essa pergunta entra em um pantanal metodológico. Salário Mensal ou Salário Hora? Se considerarmos salário hora, os professores não ganham menos, pois têm uma jornada mais curta. Há também uma série de vantagens inerentes ao serviço público que afetam a atratividade da carreira docente (estabilidade, aposentadoria integral e precoce, etc). Ademais, há uma grande variação entre estados e municípios.

Salários maiores são parte de um conjunto de elementos essenciais para garantir um ensino de qualidade superior?

Eis outro terreno minado. Aumentar salário não é necessário e nem suficiente para melhorar o ensino. Além disso, melhorar quanto? Dobrar talvez melhore a qualidade. Mas é orçamentariamente impossível. Melhorar de quais professores? Comparando estados brasileiros, não há qualquer correlação entre salário e qualidade. Estados como Minas Gerais e Santa Catarina são dos que menos pagam e estão no topo da distribuição de qualidade. Roraima paga muito e consegue pouco. O que parece importar mais é o ambiente da escola. Quando a escola tem uma atmosfera agradável, quando há bons fluidos, o salário aparece menos como problema citado pelos professores. Quando a escola é psicologicamente insalubre, os professores reclamam dos salários. Ou seja, salário é apenas a ponta do iceberg.

O senhor é a favor do pagamento de bônus por desempenho, a chamada meritocracia? Isso não coloca muita responsabilidade sobre a qualidade do ensino nas costas dos professores e desobriga o Estado de oferecer condições adequadas?

Esse é um argumento tolo. A qualidade da educação resulta de um conjunto grande de fatores. Não há nenhuma razão para acreditar que um governante vai enfrentar os vendavais políticos para criar bônus para desempenho e, de outro lado, abandonar as outras frentes de melhoria do ensino. Isso seria de uma burrice

política incomum. É pagar o preço político de uma mudança mal recebida e não ganhar os dividendos, também políticos, de melhorar a qualidade.

A presidente Dilma lançou neste ano o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico) e disse que repetiria no ensino técnico a experiência bem-sucedida do ProUni. Como o senhor avalia esses dois programas?

O Prouni é demonstravelmente um grande sucesso - um dos maiores dos últimos anos na área da educação. O Pronatec pode repetir a proeza, embora a proposta original tenha pequenos cacoetes que podem ser corrigidos.

Clipping

CNTE

Inclusão digital é baixa no país, segundo a Unesco (Deu no www.correiobraziliense.com.br)

- › Data: 29/06/2011
- › Veículo: CORREIO BRAZILIENSE - DF
- › Editoria: POLÍTICA
- › Assunto principal: OUTROS

Tamanho da fonte

Um levantamento do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), publicado ontem pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Unesco, revela que os alunos brasileiros estão atrasados em relação à inclusão digital. A pesquisa avaliou, no mundo, o acesso ao computador de um estudante de 15 anos. Segundo o documento, apenas 10 países - dos 65 avaliados - estão em situação pior que a do Brasil. Pelo estudo, 53% dos estudantes brasileiros de 15 anos têm computador em casa - a média dos países ricos é de 90%. A pesquisa se refere a dados coletados em 2009.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 28/06/2011
Assunto: Alunos aprendem a lidar com dinheiro em aulas de educação financeira		Página: Online

Alunos aprendem a lidar com dinheiro em aulas de educação financeira

Projeto com apoio do MEC integra 891 escolas públicas do país.
Um dos objetivos do programa é ensinar a poupar para realizar sonhos.

Foi na escola que o estudante Lucas Fernando Inacio Martins, de 16 anos, aprendeu a importância de poupar e planejar os gastos. Ele e os colegas de sala do terceiro ano do ensino médio da Escola Estadual Dogival Barros Gomes, na Zona Sul de São Paulo, dizem que foi com as aulas de educação financeira que eles entenderam o conceito do consumo consciente, os perigos dos juros dos cartões de crédito e parcelamentos, entre outras armadilhas do crédito fácil.

O projeto é uma parceria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central e outros órgãos regulares do sistema financeiro brasileiro, acompanhado pelo Ministério da Educação, que integra a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) instituída no ano passado. Atualmente, 891 escolas estaduais de ensino médio de todo o país participam ao programa.

Junto às disciplinas tradicionais do ensino médio, estudantes do ensino médio aprendem como administrar o orçamento doméstico, usar o cartão de crédito, fazer investimentos, reservas, e até recebem dicas para conseguir o primeiro emprego. Os temas de educação financeira não são trabalhados como uma matéria específica, e sim, de maneira interdisciplinar. Pelo projeto, cada escola tem autonomia para abordar a educação financeira como quiser. Há colégios, por exemplo, que levantam o tema até em disciplinas de ciências humanas.

O G1 conversou com um grupo de seis adolescentes da escola Dogival Barros que trabalham, têm seus próprios gastos, ajudam a pagar as contas de casa e veem nas aulas de educação financeira uma aliada das finanças pessoais.

“Consumo é sempre bom. No primeiro mês que recebi salário estourei o limite do cartão de crédito comprando coisas pessoais, mas aprendi que é melhor controlar impulso, esperar, e comprar à vista”, diz Lucas Fernando Inacio Martins.

Sendy Damaris Silva, de 17 anos, trabalha há seis meses como operadora de telemarketing. Ela não possui cartão de crédito e diz ser controlada com os gastos. “O banco sempre oferece um limite a maior do que seu orçamento e aí acaba perdendo o controle pelo consumismo. Aprendi a comprar à vista.”

Para Yago Tadeu da Silva, de 17 anos, que trabalha como auxiliar administrativo há dois meses, a lição vem de casa também. Silva conta que seu pai é bom administrador, faz contas para equilibrar o orçamento doméstico, mas e os ensinamentos sobre educação financeira na escola são bem-vindos. “Acho que o programa já deveria ser introduzido no ensino fundamental.”



Ellen Ribeiro dos Santos, de 17 anos, diz que as aulas ajudam a “preservar o futuro.” “Aprendemos como fazer um bom investimento. O mundo está muito consumista e não temos a tradição de poupar.” Mesmo com dificuldade, Ellen diz que todo mês consegue guardar um pouquinho de seu salário.

Os professores garantem que o assunto interessa os estudantes e os retornos são positivos na sala de aula.

“Trabalhamos com todo tipo de aluno e temos de ser um educador no âmbito geral. Só assim se consegue a interdisciplinaridade. Não dá para se fechar na sua disciplina. Nosso objetivo é formar cidadãos”, afirma Marilene Rodrigues Oliveira, professora de matemática da escola Dogival de Barros.

Diretora de currículo de educação integral do MEC, Jaqueline Moll, diz que trabalhar o tema nas escolas é uma forma de torná-la mais contemporânea. “Muitas famílias aumentaram seu poder aquisitivo. Estamos no marco da construção das novas diretrizes curriculares da educação básica e é importante que as novas gerações tenham informações sobre finanças”, afirma.

O superintendente de proteção e orientação aos investidores da CVM, José Alexandre Vasco, diz que o objetivo do projeto vai além de ensinar o jovem a lidar com o próprio dinheiro. “É ensinar a planejar a curto, médio e longo prazo, e mostrar que é possível mudar sua condição de vida.” Para Vasco, os jovens não têm cultura de prevenção. “Dias chuvosos acontecem, não dá para ter uma situação financeira equilibrada se não há reserva de dinheiro.”

Menos números, mais comportamento

O projeto que atualmente se restringe aos alunos do ensino médio deve ser estendido ao ensino fundamental no próximo ano. Está em produção um material didático sobre educação financeira para crianças, de acordo com Vasco. O conteúdo será adaptado em grau crescente de dificuldade.

Paralelo a este trabalho, há editoras especializadas em educação financeira para estudantes. A coleção "DSOP de Educação Financeira" reúne 15 livros para crianças de 3 a 17 anos sobre o tema. O material foi aderido por 41 escolas privadas em sete estados brasileiros. A coleção é baseada em quatro pilares: diagnosticar, sonhar, orçar e poupar - as iniciais dos verbos dão nome à coleção.

Os livros abordam os assuntos de acordo com o público-alvo por meio de contos, histórias em quadrinhos, ilustrações e charges. Em nenhum deles aparecem planilhas. Segundo o autor, o educador financeiro, Reinaldo Domingos, a matemática é uma ferramenta e é trabalhada de forma comportamental.

“A ideia é fazer o estudante se familiarizar e cuidar bem do dinheiro. Criar um cofrinho, por exemplo, e ter planos para o dinheiro do cofrinho estimulando sonhos de curto, médio e longo prazo. A criança tem de ser estimulada a guardar para seus os sonhos.”



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Domingos acredita que o assunto tem sido mais discutido no Brasil, porém ganhou mais força após a crise econômica mundial de 2008. Para ele, o tema deve ser trabalhado nas escolas durante a educação infantil, pois a partir dos 4 anos, a criança já sabe consumir e entende que o dinheiro realiza desejo. “Não tem como ensinar só depois de adulto. Hábitos são aprendidos na infância. Nós não falamos sobre números e, sim, comportamento.”